

A DEMOCRATA

ENTREVISTA

RIÇA ALARCÃO JÚDICE

"GOSTARIA QUE A JUSTIÇA SE TORNASSE TÃO EFICAZ QUE PASSASSE A SER UM FATOR DE DIFERENCIAÇÃO POSITIVA DO NOSSO PAÍS E FUNCIONASSE COMO CATALISADOR DE INVESTIMENTO E ATRAÇÃO DE TALENTO. "

Pág. 12

CÂMARA ALTA

"Os ladrões do sino e o coice do burro"

por Luís Campos Ferreira

Pág. 6

SÃO CAETANO ÀS LAPAS

"Como combater o populismo"

por Inês Serra Lopes

Pág. 8

LARANJA MECÂNICA

"É hora de fazer!"

por Rui Armindo Freitas

Pág. 18

EDITORIAL

Uma Europa em Construção!

A União Europeia é o maior projeto de integração entre povos e nações diferentes desde que existe memória histórica.

O incremento social foi até agora incomensurável para as gerações de europeus que beneficiaram dos valores postos em prática por esta comunidade de povos. Hoje, qualquer cidadão pode estudar, viajar, viver, trabalhar e executar o seu sonho de vida neste espaço europeu. Mas é preciso ter consciência que a Europa é um "edifício" em construção e existem enormes desafios a serem debelados diariamente.

A Europa deve saber lidar com a crescente crise de refugiados para que sejam estabelecidas regras justas. É imperativo acabar com as redes criminosas que exploram pessoas que apenas desejam uma oportunidade de vida digna. Naturalmente que a Europa também tem de saber integrar os migrantes promovendo o melhor há na diversidade.

Vivemos num período em que as mudanças climáticas são uma realidade, é importante cuidar do nosso planeta, incentivando uma economia circular que invista em tecnologia e inovação que nos impulsionem para o próximo patamar.

A segurança e a defesa, bem como a valorização dos valores comunitários europeus, são também um dos principais tópicos em discussão, uma vez que a democracia europeia e a nossa forma de organização política são o marco do respeito pelos direitos humanos neste mundo.

Para que a nossa geração possa continuar a construir a Europa dia 9 de junho tens de ir votar!

LUÍS NUNES DOS SANTOS
DIRETOR

FICHA TÉCNICA

Proprietário: PSD | Partido Social Democrata NIF: 500835012
Registo na ERC: n.º127932
Editor: JSD | Juventude Social Democrata NIF: 500835012
Rua Ricardo Espírito Santo 1, R/C Dto., 1200-790 Lisboa – jsd@jsd.pt – www.jsd.pt
Director: Luís Nunes dos Santos
Redação: Rua Ricardo Espírito Santo 1, R/C Dto., 1200-790 Lisboa
Impressão: GRAFISOL – Artes Gráficas – Rua das Maçarocas
Abrunheira Business Center n.º 03 – Abrunheira – 2710-056 Sintra
Periodicidade: Mensal
Tiragem: 50

Todos os direitos reservados. Interditada a reprodução, mesmo que parcial de textos, fotografias ou ilustrações sob quaisquer meios e para quaisquer fins, designadamente comerciais.

A DEMOCRATA

ÍNDICE

MOULES AVEC FRITES
Pág. 4

BIFES À SÃO BENTO
Pág. 5

CÂMARA ALTA
Pág. 6

SÃO CAETANO ÀS LAPAS
Pág. 8

DO PONTAL ATÉ À LAPA: CRÍTICA CULTURAL
Pág. 10

DIGA LÁ SUA EXCELÊNCIA
Pág. 12

LARANJA MECÂNICA
Pág. 18

JSD LOOK & FEED
Pág. 22

AGENDA
Pág. 23

ENSAIAR O FUTURO
Pág. 24

RETRATO DE UM PROUST ENQUANTO JOVEM
Pág. 28

FAZER A DIFERENÇA
Pág. 29

LOJA JOTA
Pág. 30

SOBE E DESCE



FICOU PARA A HISTÓRIA

"Viver significa lutar."

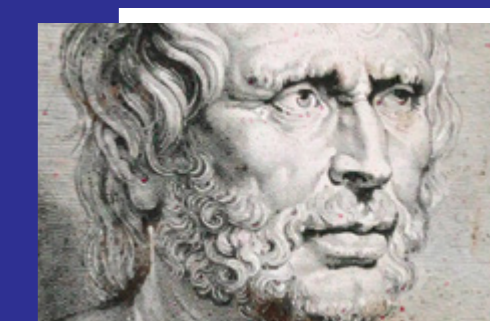
Sêneca
Filósofo, dramaturgo e estadista romano



Alexandre Poço
Presidente da JSD

UM DIA FELIZ PARA OS JOVENS E PARA A JSD

O Governo aprovou recentemente um conjunto de medidas estruturais para a juventude, concretizando várias das bandeiras e das propostas apresentadas pela JSD nos últimos anos. Valeu a pena o combate que fizemos em torno de medidas como a garantia pública para substituir a entrada e a isenção de IMT e Imposto do Selo na compra da 1ª casa, a proposta que então denominei para "quem não tinha pais ricos"; a criação de um regime fiscal diferenciado para os jovens em sede de IRS; a reforma do programa Porta 65, eliminado a renda máxima admitida e antecipando o a decisão sobre o apoio para momento anterior à procura de casa; o combate por mais alojamento estudantil com reforço de camas através de protocolos e a atribuição do complemento de alojamento a estudantes da classe média; garantir que os trabalhadores-estudantes não perdem o direito à bolsa de estudo e a criação do cheque-psicólogo são algumas dessas propostas. Lutas dos últimos anos, desde que cheguei à liderança da JSD em 2020, que esbarravam sempre em chumbos no Parlamento. Lutámos, lutámos e continuámos a lutar. Nunca desistimos destas medidas. Nunca deixámos de as defender em diferentes fóruns e momentos. Foram agora aprovadas pelo Governo de Luís Montenegro. Um dia feliz para os jovens e para a JSD.



MOULES AVEC FRITES

Hélder Sousa Silva



BIFES À SAO BENTO

Liliana Reis



A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA NA EUROPA

Desde 9 de maio de 1950, data em que Robert Schuman assinou a Declaração para a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que esteve na génese da construção da União Europeia, as questões da segurança, da defesa e da manutenção da paz sempre estiveram na primeira linha das preocupações. Ontem, como hoje, estas questões são a base da prosperidade de qualquer país. Ninguém quer viver, nem investir, nem visitar países e zonas inseguras.

Como é sabido, quer Portugal, quer a ampla maioria dos 27 países que integram a União Europeia, têm uma ligação forte e ancestral à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN). Considerando esta aliança, que nos tem trazido um sentimento de segurança e defesa comum, conjugada com um longo período de paz na Europa e junto das suas fronteiras, a União Europeia nunca colocou os temas da Segurança e da Defesa como prioridades das suas políticas.

Com o eclodir da guerra nos anos 90 do século passado, na zona dos Balcãs, mas com maior acuidade, recentemente, face à invasão da Ucrânia pela Rússia, temos a noção do brutal impacto negativo desta insegurança.

Por isso, no próximo mandato dos diferentes órgãos da União Europeia (2024-29), preconiza-se que as questões de Segurança e Defesa sejam reequacionadas. Sem abandonar a cooperação transatlântica (OTAN), a Europa tem de ser capaz de assegurar a sua defesa e proteger os seus cidadãos.

O que se pretende é criar um verdadeiro Pilar Europeu de Defesa no seio da União Europeia, sem que isso represente o estabelecimento de um exército único, mas sim devemos caminhar para a

criação e geração de forças operacionais de intervenção rápida, com base nos meios de cada estado-membro.

Também não podemos estar dependentes de países terceiros, alguns deles longínquos, só porque o custo de produção é menor. Relembro os tempos da pandemia, onde constatámos as nossas vulnerabilidades (máscaras, medicamentos e utensílios médicos), mas hoje sabemos que idêntica situação se aplica aos semicondutores e ao material de segurança e de defesa.

Temos de caminhar para ser autossuficientes na produção deste material, que pode e deve ter duplo uso (civil e militar), o que obriga a visitar a Estratégia Europeia de Indústrias de Defesa, sendo que a aposta nas pequenas e médias empresas deve ser a espinha dorsal deste novo cluster europeu.

Devemos, ainda, não esquecer que tudo isto deve levar a que a União Europeia assuma que tem de aumentar o orçamento para a Segurança e Defesa e garantir que os estados-membros investem, pelo menos, 2% do seu orçamento. Por último, é premente dar sinais políticos firmes, pelo que a atual Subcomissão de Defesa do Parlamento Europeu deverá passar a ter o estatuto de Comissão, existindo ainda um Comissário que se ocupe destas tarefas.

Desenha-se, assim, a necessidade de assumir uma nova mentalidade europeia que pressupõe a colaboração dos cidadãos, das instituições, da indústria e de investidores.

O modo de vida europeu, que concilia a prosperidade económica com o bem-estar social, só pode ser atingido com uma Europa segura, defendida... e em paz!

A IMPORTÂNCIA DAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES EUROPEIAS

Quando Ursula Von Der Leyen, em dezembro de 2019, tomou posse como presidente da Comissão Europeia, a ex-ministra da Defesa alemã prometeu uma transição para uma “Comissão geopolítica”, e nas “Declarações de Missão” fornecidas aos novos comissários, a atual presidente da Comissão Europeia defendeu a necessidade de empenhamento da EU na sua consolidação como ator global no sistema internacional. O que não antecipava era o abalo que a EU iria viver, depois da agressão russa à Ucrânia a 24 de fevereiro de 2022, nem tão pouco a maior ameaça à saúde pública a nível mundial, provocada pela pandemia Covid-19, iniciada poucos meses depois da sua tomada de posse. Ora, a EU que já tinha sido confrontada na última década com a crise das dívidas soberanas, a crise dos refugiados destapada pela guerra na Síria, a fragilidade de Estados em África e o Brexit, a missão revelava-se, agora, a mais exigente da história do projeto de integração. No entanto, antecipo que não seria mais exigente do que aquela que se seguirá nos próximos anos.

Anthony Mills, no artigo “Illiberalism's True Colors”, publicado na revista Law&Liberty, destapa as ameaças que a Europa sofreu em 1956 com a invasão soviética da Hungria e, em certa medida, a orfandade ideológica que a esquerda europeia sentiu “depois de muitos marxistas no Ocidente perceberem que não podiam continuar a apoiar ou permanecer ambíguos relativamente à União Soviética [mas] tal como a esquerda marxista em 1956, a direita nacionalista e populista de hoje está fraturar-se perante as ações imperialistas de uma Federação Russa iliberal.” Para este autor a interrogação que dever ser

colocada e que recupero para estas eleições europeias é a seguinte “Irá a nova Direita, assim como foi a Velha esquerda emergir como castigada e transformada como resultado?”

As próximas eleições europeias revestem-se, neste seguimento, de uma importância capital, uma vez que as ameaças à EU são, hoje, não apenas exógenas, mas também endógenas. As ameaças geopolíticas que assolam a nossa vizinhança e a contestação da ordem liberal internacional e europeia têm sido acompanhadas de campanhas de desinformação que até mesmo os processos eleitorais dentro dos estados-membros se tornaram vulneráveis, pela manipulação da opinião pública e publicada.

Mas o que se tornou, verdadeiramente, surpreendente, e que pode ser auto-fágico para os europeus, é a incapacidade de compreensão dos desafios que enfrentam e o esforço que, muitos têm encetado, para que a transição de poder se concretize e a Ordem Liberal ocidental pereça. Não conseguem compreender que o bem-estar social que vivenciaram, as normas e valores que alicerçaram os direitos, liberdades e garantias individuais apenas foram concretizados pela arquitetura de poder ser aquela que vigorou, desde a II Guerra Mundial até aos nossos dias e ser, naturalmente, favorável aos interesses europeus.

Nas próximas eleições europeias, não está em jogo somente a escolha dos novos eurodeputados e da nova organização das famílias políticas. Está também em jogo o futuro individual e coletivo dos europeus. Saibamos, cada um e todos nós, entender a chamada para qual estamos convocados e que a resposta à questão introduzida por Anthony Mills seja afirmativa.



CÂMARA ALTA

OS LADRÕES DO SINO E O COICE DO BURRO

Luís Alvaro Campos Ferreira

São cada vez mais os políticos que acreditam que controlar a narrativa é meio caminho para controlar os eleitores e, mais do que isso, controlar a verdade.

Como um conto tradicional chinês e um conto galego nos transportam, de repente, ao universo das narrativas políticas. Era uma vez...

Era uma vez um bando de ladrões que decide roubar o sino do templo da aldeia. Esperam que a noite caia e que os habitantes estejam a dormir para subir à torre sem que ninguém os veja. Chegados lá cima, deparam-se com um fabuloso sino de bronze mas também com um problema que não tinham previsto: como carregar o sino escadas abaixo sem que este toque acidentalmente e acorde toda a aldeia? Se isso acontecer, o ribombar do sino no silêncio da noite vai denunciá-los. É então que um dos ladrões tem uma ideia brilhante: tira do bolso uns pedaços de algodão que distribui pelos outros para que os ponham nos ouvidos. Com os ouvidos tapados, se o sino tocar, eles não o vão ouvir. E estão safos.

São cada vez mais os políticos que acreditam que controlar a narrativa é meio caminho para controlar os eleitores e, mais do que isso, controlar a verdade. Que as pessoas aderem acriticamente às suas mensagens e absorvem, como esponjas, tudo o que se lhes impinge. Como se estas não auscultassem o resto do mundo, não interpretassem os dados de que dispõem, não tivessem acesso a outras narrativas. Em suma, como se as pessoas não exercitassem o contraditório daquilo que ouvem, mesmo que superficialmente, mesmo que por brevíssimos segundos entre os afazeres das suas vidas. Falo de políticos do século 21 que, provavelmente sem o saberem, se inscrevem nas teorias de comunicação da primeira metade do século passado, dos modelos comportamentais das massas e da “teoria hipodérmica”, segundo a qual a mensagem entra no recetor sem resistências.

Perguntar-me-ão: mas o recrudescimento dos populismos, por todo o mundo e também em Portugal, não é mesmo isso que nos diz que está a acontecer? A adesão crescente dos eleitores a esse tipo de narrativas que promovem pós-verdades e realidades paralelas não significa que a estratégia desses políticos está a levar a melhor? As pessoas ainda têm disponibilidade e interesse

em refletir sobre as mensagens políticas? Querem mesmo saber da verdade-verdade?

As respostas a estas questões não são fáceis. A começar pelo que é a verdade na política. Não existem verdades absolutas – quando muito, há verdades fracionadas, relativas, há prismas da verdade. Coisa diferente é poder e dever haver um discurso político verdadeiro. Que discurso é esse? É um discurso que não engane, não mistifique, não deturpe a realidade dos factos, não manipule, não se baseie em falsidades. É sabido que o descontentamento, a frustração e o ressentimento das pessoas são o adubo que fazem florescer os movimentos populistas. Quando nos dizem exatamente o que nós estamos desejosos de ouvir, nós aderimos de imediato, sem reservas. Ao contrário, somos refratários às verdades que não nos agradam, reagimos mal, rejeitámo-las muitas das vezes. Conseguir ter a disponibilidade, o interesse e o discernimento necessários para refletir minimamente nas propostas e nas mensagens políticas de que se é alvo todos os dias (e que aumentam exponencialmente em períodos eleitorais) é um sinal de maturidade cívica e democrática das sociedades. O problema é que estimular e puxar por esse espírito crítico e essa exigência democrática nos cidadãos interessa a muito poucos políticos.

Quando um cidadão deposita o seu voto num partido, num político, está a dar-lhe, sobretudo, a sua confiança, está a dizer que confia nesse partido, nesse político para o representar e para lhe delegar o poder de decidir sobre questões fundamentais da sua vida e da vida do seu país. Quando os políticos defraudam e maltratam a confiança que o eleitor lhe deposita, estão a ferir a democracia. E isso é o que dói mais.

O que me leva ao conto galego. Um homem tinha um burro que, de tão preguiçoso e imprestável, decidiu vender na feira. No caminho, o homem viu-se e desejou-se para que o animal avançasse, indo-o admoestando a cada passo. Às tantas, o animal desfere um tremendo coice no dono. Dorido, este vira-se para o burro e diz-lhe: «Sabes uma coisa, burro? Não é o coice que me deste que me dói. O que me dói mesmo é que, chegado à feira, vou ter que dizer bem de ti.»



SÃO CAETANO ÀS LAPAS

COMO COMBATER O POPULISMO

Inês Serra Lopes

Estará Portugal a transformar-se num país de direita radical? Não creio. Mas acredito que a luta contra a extrema-direita – que, compreensivelmente, prefere ser chamada direita radical – deve ser feita, antes de mais, reformando a democracia. Isso, entre nós, não pode deixar de ser tarefa dos partidos políticos. Até porque são eles o foco de descontentamento maior dos eleitores que contribuem para que a bancada da direita radical tenha hoje 50 (!) dos 230 deputados que compõem o parlamento português. O crescimento exponencial dos votos na direita radical não deve, nem pode, ser ignorado ou menorizado pelos partidos do arco da governação.

Para ser mais clara: PSD e PS não podem fingir que o partido de André Ventura não os ameaça.

Nem podem pensar que a questão se resolve traçando “linhas vermelhas” ou “cercas democráticas”. Ignorar ou fingir que se ignora a extrema direita, e isolá-la, tentando acantoná-la no seio da República só contribui para o seu crescimento – como se viu nas últimas eleições legislativas.

É verdade que a direita radical não tem qualquer solução, credível e eficaz, para os problemas e questões sociais que explora até à exaustão e cuja clientela tanto a fez crescer? É verdade. Mas isso só ficaria, ou ficará, demonstrado, se e quando essa direita ascender, como quer, ao poder.

Acredito que a maioria das pessoas que vota no Chega fá-lo para protestar contra o próprio sistema partidário que resultou dos 50 anos de democracia. Nesse sentido, trata-se de um voto de protesto contra o PS e o PSD, que reúne eleitores da extrema direita, com eleitores comunistas, socialistas e social-democratas desiludidos. No fundo, é um voto que se mobiliza contra os partidos que têm dividido entre si o exercício do poder desde a revolução de 1974. Só existe uma forma de responder a essa desilusão: mudar a forma como os partidos vivem e atuam. Reformá-los e abri-los para a sociedade.

Os partidos de poder têm de fazer duas coisas: reformar-se e “resolver” ou, pelo menos, encarar de forma séria e determinada, as questões sociais que fizeram e fazem o crescimento da extrema-direita. Ignorar a existência dessas questões não é apenas politicamente correto, é estúpido!

As eleições europeias trouxeram uma dessas questões, a imigração, para a discussão política, pública e relativamente aberta. Aproveitemos isso para não deixar que o Chega tenha o monopó-

lio da discussão sobre a imigração que todos os dias entra no nosso país. Há muitas outras questões – que se sentem mais ou menos por todo o país e que os partidos ignoram. Há grupos étnicos, como os ciganos, que as forças da lei evitam e que têm, portanto, um tratamento que não é, em rigor, igual ao que estão obrigados os outros cidadãos.

Dir-me-ão que a questão sempre existiu. Que até melhorou. Que já foi pior do que é hoje. Pode ser. Mas isso não basta. Portugal não pode ser um Estado em que as pessoas não são efetivamente iguais perante a lei e perante as autoridades.

A Cova da Moura, é outro bom exemplo de um estado dentro do Estado. Quem for comprar droga, tem a passagem aberta. Tal como as televisões e as reportagens boazinhas. Se a Polícia quiser entrar, ou o simples camião de recolha do lixo, é outra conversa. Não entram. Ponto final. Ora, é evidente que esse ponto não é, não pode ser, final.

A corrupção é outra das bandeiras que não pode ser deixada aos populistas de serviço. Parte da sociedade portuguesa vê a corrupção com grande preocupação e considera que os políticos se protegem não legislando ou fazendo-o de forma parcial para se auto-protegerem. Esse sentimento gera um poderoso descontentamento – justificado, diga-se de passagem. Hoje, a corrupção é um tema “do Chega”. Não pode continuar a ser assim – o novo governo, de Luís Montenegro, parece ter percebido que tem de atuar nesse campo. Veremos.

A lista de questões sociais de que o populismo se apropriou é conhecida de todos. Da corrupção, aos ciganos, passando pela imigração e pela atenção às forças de segurança... Tudo questões que não podem ser monopólio de um partido populista.

Está nas mãos dos partidos de poder, e dos outros, combater na origem as causas do populismo. Primeiro, internamente, reformando-se e abrindo-se. Acabando com privilégios excessivos e com tratamentos diferenciados.

É preciso mudar profundamente a forma de funcionamento dos partidos políticos. Abrir as suas janelas e as suas portas, lavar as cortinas, tirar o pó aos tapetes. Deixar entrar a vida que o resto dos portugueses vivem.

Depois, os partidos têm de dedicar-se a fundo à resolução daquelas questões que afetam no dia a dia a vida das pessoas. Esta é a melhor forma de combater os populismos. Viver a vida do povo e trabalhar para a melhorar. Já era assim no início: paz, pão e habitação...

Graça Morais: arte com geografia

por Clara de Sousa Alves



Nos recantos menos explorados de Portugal, onde os campos se estendem e as montanhas se erguem, reside uma riqueza cultural muitas vezes esquecida pelos olhos urbanos. É neste cenário que a obra da artista Graça Morais ganha vida, não só como uma expressão artística, mas também como um testemunho das lutas, das histórias e das tradições que atravessam o interior do país.

Graça Morais

Maria da Graça Pinto de Almeida Morais é uma pintora portuguesa. É membro da Academia Nacional de Belas-Artes e de diversas associações, confrarias e fundações culturais. Foi agraciada com o grau Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo Presidente da República Jorge Sampaio em 1997.



DO PONTAL ATÉ À LAPA

CRÍTICA CULTURAL

Graça Morais nasceu e viveu parte da sua infância numa aldeia do concelho de Vila Flor (Distrito de Bragança) e com as cores vibrantes e os seus traços intensos transporta-nos para a realidade e complexidade da vida no interior, colocando em destaque os problemas que afetam esta parte do território. Cada perdiz, cada oliveira, cada rosto ganha significado além da sua representação visual. É uma triste ironia que enquanto nos maravilhámos com os retratos de várias mulheres que Graça Morais tão habilmente pinta – e que

emergem como protagonistas das suas próprias histórias, lutando pela sua emancipação e pelo seu lugar num mundo muitas vezes dominado por homens - muitas dessas mulheres reais estejam a desaparecer. O encerramento de linhas ferroviárias, a dificuldade de acesso a serviços de saúde, a falta de oportunidades e o constante desinvestimento nesta parte do território contribuem para a desertificação do interior, deixando para trás apenas memórias e uma paisagem desoladora. Se nada for feito para reverter este ciclo de

declínio, é possível que um dia apenas as fragas e os lameiros que tão vividamente adornam as telas de Graça Morais permaneçam como testemunhas mudas de um passado que se desvanece. Ao admirarmos as obras desta artista, devemos também questionar o que podemos fazer para preservar e revitalizar o interior que tanto inspira a arte, tendo sempre presente que a arte não vive apenas nos museus do litoral, que a cultura não é um privilégio das grandes cidades, mas sim uma força vital que pulsa em cada aldeia e vila do país e que merece ser preservada. Há talentos como o de Graça Morais e outros artistas que através de sua arte dão voz às tradições e aos desafios do interior que devem ser reconhecidos e apoiados. Ao mesmo passo, é

também crucial investir em iniciativas que promovam o turismo cultural nas regiões do interior, bem como na educação e na sensibilização para a preservação da cultura do interior. Mantendo um olhar atento às dificuldades do interior de Portugal, devemos lembrar que a cultura não é apenas um luxo, mas sim uma necessidade vital para o tecido social e emocional de uma nação. Ao celebrarmos e protegermos a riqueza cultural do interior de Portugal, estamos não só a honrar o passado, mas também a construir um futuro mais resiliente para as próximas gerações. Que as obras de Graça Morais não sejam apenas fontes de inspiração estética, mas também catalisadores para a compreensão e ação em prol do interior do país.





DIGA LÁ SUA EXCELÊNCIA

ENTREVISTA

RITA ALARCÃO JÚDICE

“GOSTARIA QUE A JUSTIÇA SE TORNASSE TÃO EFICAZ QUE PASSASSE A SER UM FATOR DE DIFERENCIAÇÃO POSITIVA DO NOSSO PAÍS E FUNCIONASSE COMO CATALISADOR DE INVESTIMENTO E ATRAÇÃO DE TALENTO.”

É possível falar numa grande prioridade, o combate à corrupção, que tem sido alvo de diálogo desde o seu primeiro dia em funções, por parte do atual Governo na área da Justiça?

Não só é uma grande prioridade, como foi a primeira incumbência que o Ministério da Justiça recebeu do Primeiro-Ministro, logo no discurso da posse do Governo. O compromisso que assumimos foi o de, no prazo de 60 dias, termos uma síntese de propostas, medidas e iniciativas consistentes, credíveis e exequíveis. Reunimos com todos os partidos com assento parlamentar, e ouvimos também diversos operadores do sistema judiciário. Recebemos contributos de diversas entidades. Apresentaremos em breve as conclusões do nosso trabalho, uma “Agenda Anticorrupção”, onde elencaremos medidas identificadas como prioritárias, tanto no plano da prevenção, como no da repressão, privilegiando, na medida do possível, os domínios em que o consenso seja, previsivelmente, mais alargado, pois queremos assegurar eficácia na sua aplicação.

Há muito que se fala em Portugal da necessidade de uma reforma da Justiça. No programa do atual Governo, esse compromisso é reafirmado. O que tem faltado para que se consiga efetivamente reformar a Justiça em Portugal?

Para que um processo de mudança ocorra, para que uma reforma seja eficaz é necessário convocar todos os agentes da justiça. Para que um processo de mudança ocorra precisamos da colaboração de todos - por isso, iniciámos de imediato negociações com os sindicatos, para pôr fim a greves que duram há mais de 15 meses. Para que uma reforma seja eficaz, não podemos apenas centrarmo-nos no Governo, nem ouvir apenas os partidos, há que ouvir todos: os conselhos superiores, as Ordens, as associações sindicais, os sindicatos, os magistrados, os advogados, os conservadores, os notários, os solicitadores, os funcionários judiciais, os guardas prisionais, os técnicos de reinserção social, os agentes da justiça em geral, sem os quais e contra os quais as hipóteses de sucesso de qualquer reforma são escassas.

Há enquadramento partidário e político para uma verdadeira reforma da Justiça?

Achamos que sim. O Governo não se demite da sua missão de governar e do dever de cumprir o seu programa. Mas será, sem dúvida, uma prioridade deste Governo, e da Ministra da Justiça em particular, olhar para soluções na Justiça com o olhar do Cidadão que com o sistema judicial interage ou por ele é condicionada na sua vida pessoal, profissional ou empresarial. Será este o foco e quem quiser ser parceiro do Governo nesta missão, será muito bem-vindo.

Falemos do acesso à justiça. Quais as medidas que estão pensadas para melhorar o acesso à justiça para todos os cidadãos, especialmente aqueles em situações socioeconómicas desfavorecidas?

O Ministério da Justiça está a analisar e a trabalhar em diversas medidas para tornar a justiça mais acessível a todos. Por exemplo, no que respeita às barreiras financeiras, iremos avançar com a reforma do Regulamento das Custas Processuais, no que respeita a barreiras geográficas, apostar em programas que facilitem as videoconferências. No que respeita aos mais frágeis e vulneráveis, apostaremos numa justiça mais amiga das crianças, quer no que respeita ao seu direito de participar e de compreender o processo, quer ajustando-se para que seja mais adaptada e focada nas necessidades da criança. Iremos também continuar a alargar a rede de gabinetes de apoio às vítimas (GAV), particularmente nos departamentos de investigação e ação penal (DIAP) dotados de secções especializadas de tramitação de inquéritos por crimes de violência doméstica e por crimes baseados em violência de género. Mas precisamos, criticamente, de aumentar a celeridade processual; a Justiça económica é outra área prioritária. O acesso à Justiça, o funcionamento dos Tribunais e a organização do sistema prisional também precisam de ser melhorados. Mas nada disto se fará sem termos os recursos humanos valorizados.

No que diz respeito a um dos principais temas do nosso sistema judicial – a morosidade processual – quais as linhas de ação para melhorar esta situação?

Antes de mais, começar pelas bases do nosso sistema. As pessoas. A morosidade processual não se combate por decreto apenas, é necessário capital humano, motivado. Estamos totalmente empenhados em melhorar as condições dos agentes da justiça, em todas as suas dimensões, e em reforçar os meios humanos designadamente mediante a disponibilização de assessores para as magistraturas, para que possam todos ser agentes de mudança. Outras linhas de ação passam por alterar a legislação processual penal no sentido de combater a formação dos chamados megaprocessos, mas também por revisões transversais das normas processuais (processo civil, processo penal, processos administrativo e tributário) procurando minimizar ou impedir expedientes que apenas visem atrasar a marcha do processo. Mas também medidas com vista à diminuição da extensão das peças processuais, à adoção da tramitação eletrónica em todas as jurisdições e instâncias judiciais, à desmaterialização das comunicações entre as entidades relevante e a uma eficaz interoperabilidade entre os diversos sistemas.



No que diz respeito às reivindicações remuneratórias e de carreira dos funcionários judiciais, qual o compromisso do Governo para resolver a situação?

O nosso compromisso é o de valorizar as carreiras, rever os estatutos e resolver problemas que se arrastam há muitos anos. As negociações prosseguem a bom ritmo, já foram apresentadas várias propostas. Estou totalmente empenhada na procura de uma solução que permita melhorar as condições dos oficiais de justiça e reestabelecer uma relação de confiança com Ministério da Justiça que permita preparar uma reforma da justiça na qual os ofícios de justiça possam ser parte ativa do processo de mudança.

Qual a avaliação que faz do uso das ferramentas tecnológicas e digitais para garantir um sistema judicial e moderno? Qual deve ser o caminho a percorrer para uma justiça eficiente e ágil?

A tecnologia deve estra ao serviço das pessoas e dos processos e pode ajudar-nos muito a concentrarmos os recursos naquilo que é mais importante. A digitalização da Justiça é essencial para a celeridade processual. O PRR na área da justiça cinge-se a programas de transição digital com um total de cerca de 300 milhões de euros. Lamentavelmente, num total de 86 projetos e subprojectos PRR, encontrámos concluídos apenas oito. Estamos a acompanhar e monitorizar os restantes projetos que se encontram em desenvolvimento. O sucesso destes projetos será determinante para a Justiça, para a sua celeridade e modernização.

A digitalização e a inteligência artificial colocarão em risco ou substituirão no futuro o trabalho que hoje é realizado por diferentes classes e atores profissionais do setor da Justiça?

Não tenho essa visão pessimista. Naturalmente que a digitalização e a IA alterarão o paradigma do trabalho desenvolvido na área da justiça, como em muitas outras. Mas desempenharão, por certo, um papel relevante na gestão processual, na simplificação dos processos e na análise de dados. Os recursos humanos da Justiça precisam de ter formação e condições para poderem tirar o melhor partido das novas soluções tecnológicas que estarão em breve ao seu dispor.

Por outro lado, com a revolução digital em curso surgem também novas ameaças e perigos. O que fará o Governo

para lidar e combater o aumento da criminalidade digital e aumentar a proteção dos cidadãos contra as ameaças cibernéticas?

A cibercriminalidade é algo que nos preocupa pelo seu aumento e pela inevitável maior exposição ao risco, a par e passo das novas inovações tecnológicas. É essencial adotar medidas preventivas e reativas que permitam enfrentar tais riscos e ameaças, numa estratégia de antecipação aos ciberataques, às ciberameaças e à criminalidade ciberdependente. Para tal é importante reforçar a capacidade de investigação, bem como os meios destinados ao combate ao cibercrime.



No passado, já esteve em cima da mesa a transferência do Tribunal Constitucional para a cidade de Coimbra. Concorda com a ideia?

Coimbra tem todas as condições para se afirmar como cluster da Justiça e a dignificação do seu edificado é essencial. Quanto à transferência do Tribunal Constitucional para a cidade de Coimbra que foi chumbada em 2021, não está a ser equacionada.

Está há em funções enquanto Ministra há pouco tempo, como é que avalia estes primeiros tempos e que experiências a têm impactado mais?

O Ministério da Justiça tem como missão conceber, conduzir, executar e avaliar a política de justiça definida pela Assembleia da República e pelo Governo, assegurando as relações do Governo com os Tribunais e o Ministério Público, o Conselho Superior da Magistratura e o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Abarca áreas muito distintas, desde o funcionamento dos Tribunais, à Reinserção Social, Estabelecimentos Prisionais, Polícia Judiciária, o IRN, o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, entre outras, a maioria delas com problemas graves que exigem atenção imediata.

Foi apenas um mês e meio, mas parece um ano e meio, se pensarmos nas pessoas que já escutámos, nas decisões que já tomámos, nas equipas que formámos... é um grande desafio a vários níveis que nos obriga a esticar as horas dos dias. Mas tenho uma boa equipa, onde todos os seus membros estão alinhados no mesmo espírito de missão para conseguirmos deixar a Justiça melhor do que a que encontrámos.

Que marca quer deixar no país enquanto Ministra da Justiça?

Não me preocupo em deixar marcas... o que quero, genuinamente, é contribuir para que a Justiça em Portugal, em todas as suas dimensões, passe a funcionar melhor do que até aqui. Gostaria que a Justiça se tornasse tão eficaz que passasse a ser um fator de diferenciação positiva do nosso país e funcionasse como catalisador de investimento e atração de talento.

RITA ALARCÃO JÚDICE
MINISTRA DA JUSTIÇA



**O PAÍS HERDADO TRAZ COM ELE
PESADAS HERANÇAS QUE INSTAM
O NOVO GOVERNO A AGIR
COM RAPIDEZ, MAS COM A FIRMEZA
DA CERTEZA DE UM PROJECTO
DE FUTURO PARA PORTUGAL.**

por Rui Armindo Freitas
Secretário de Estado Adjunto da Presidência

LARANJA MECÂNICA

É hora de fazer!





O início do mês de abril marcou o início de um novo ciclo. Um novo ciclo marcado pela tomada de posse de um novo Governo, o que por si só já traria mudança pela alternância, contudo, no seguimento de uma campanha esclarecedora, inaugurou-se uma forma muito diferente de fazer política. O power point deu lugar à vontade de fazer. E num momento da vida pública portuguesa em que de repente se exige a um Governo com um mês, tanto como no passado se exigia a um Governo com um ano, o trabalho e a vontade férrea de construir um país melhor começam a tomar forma! Não por vontade de satisfazer uma comunicação social com uma velocidade sem paralelo em Portugal, com tudo o que isso tem de bom e menos bom, mas pela necessidade de dar um novo rumo ao país.

O país herdado traz com ele pesadas heranças que instam o novo Governo a agir com rapidez, mas com a firmeza da certeza de um projecto de futuro para Portugal. Luís Montenegro deixou muito claro ao longo da campanha eleitoral, que este novo país é um país onde os pais não deverão ver os seus filhos emigrar. Um país com solidariedade intergeracional e interclassista. Verá um país onde pelo trabalho se pode melhorar a condição de vida. Um país que acolhe, mas um país que não esquece que quem acolhe tem que ver as suas expectativas de vida atendidas. Um país em que a livre iniciativa cabe às pessoas e empresas, um país em que cada um pode escolher o seu projecto de vida... Mas antes... arrumar a casa...! Arrumar a casa pressupõe arrumar a saúde, arrumar a casa pressupõe arrumar a educação, arrumar a casa pressupõe corrigir as injustiças nas forças de segurança, nas políticas migratórias, a pesada carga fiscal, a sangria de talento jovem para outros países, a falência operacional de muitos serviços públicos, enfim, fazer rapidamente o que 8 anos de governação socialista não fizeram em muitos sectores e provocaram em muitos outros.

**É IMPORTANTE QUE
CADA PORTUGUÊS VEJA
NESTE GOVERNO
UM GENUÍNO ALIADO
PARA A CONSTRUÇÃO
DE UMA VIDA MELHOR.**

Por isso em apenas pouco mais de um mês este novo Governo resolveu um impasse com mais de 5 cinco décadas e anunciou a localização do novo aeroporto internacional Luís de Camões, numa decisão histórica que, para além do impasse que agora resolve, sinalizou também ao país que o novo Governo está cá para governar. Ainda que com a evidência de coligações negativas na Assembleia da República, a marca deste Governo será fazer. Mas não foi "só" o aeroporto, foi o acordo histórico com os professores, foi o programa Construir Portugal para a habitação, foi a comparticipação dos medicamentos para os beneficiários do complemento solidário para idosos, e o facto do rendimento dos filhos deixarem de concorrer para o CSI. Também o IRS foi reduzido num sinal claro de que este Governo quer uma classe média mais forte. Mas sendo esta uma publicação de jovens e para jovens, cumpre afirmar que os jovens estão no centro da acção Governativa, desde logo com esse reconhecimento na forma de Ministério, tutelado por alguém que dispensa apresentações nestas páginas, nem tão pouco de recomendações tratando-se de uma ministra que é hoje um valor afirmado na vida pública portuguesa. Mas os jovens para este XXIV Governo Constitucional não se ficam apenas pela prioridade formal, tendo sido realizado um Conselho de Ministros exclusivamente com este tema, demonstrando essa centralidade política e do qual saíram medidas como o IRS Jovem, a isenção de IMT e imposto de selo na compra de primeira habitação até aos 35 anos e uma garantia para ajudar a financiar a compra de habitação, só para elencar algumas das mais emblemáticas.

Sim, só passou um mês, o trabalho tem sido intenso, os portugueses devem exigir aos governantes que deem o seu melhor, ainda que estejamos só no início da legislatura. Governar é fazer no imediato, mas é também planear o futuro. Esta energia que se sente será determinante para mobilizar toda a sociedade civil, convocando-a para a visão de que um país mais forte só se construirá com a vontade de todos. É importante que cada português veja neste Governo um genuíno aliado para a construção de uma vida melhor. Que cada empresa perceba que este Governo cumprirá com a sua parte para que a iniciativa privada possa ter sucesso e faça crescer a nossa economia. Que um ritmo de Governação forte tem apenas o objectivo que é comum a todos os sectores da nossa comunidade de ter um país mais próspero, mais justo e onde todos tenham uma vida melhor.

Nas últimas eleições o país mudou, agora é hora!
É hora de fazer!

JSD LOOK & FEED

O QUE SE PASSA NAS NOSSAS REDES

Fica a conhecer quais os conteúdos que tiverem mais buzz este mês!



Acompanhe as nossas redes



profissional

❤️ 854
O post com mais interações de maio

TOP 5

Conteúdos do mês



❤️ 824



❤️ 684



❤️ 639



❤️ 626

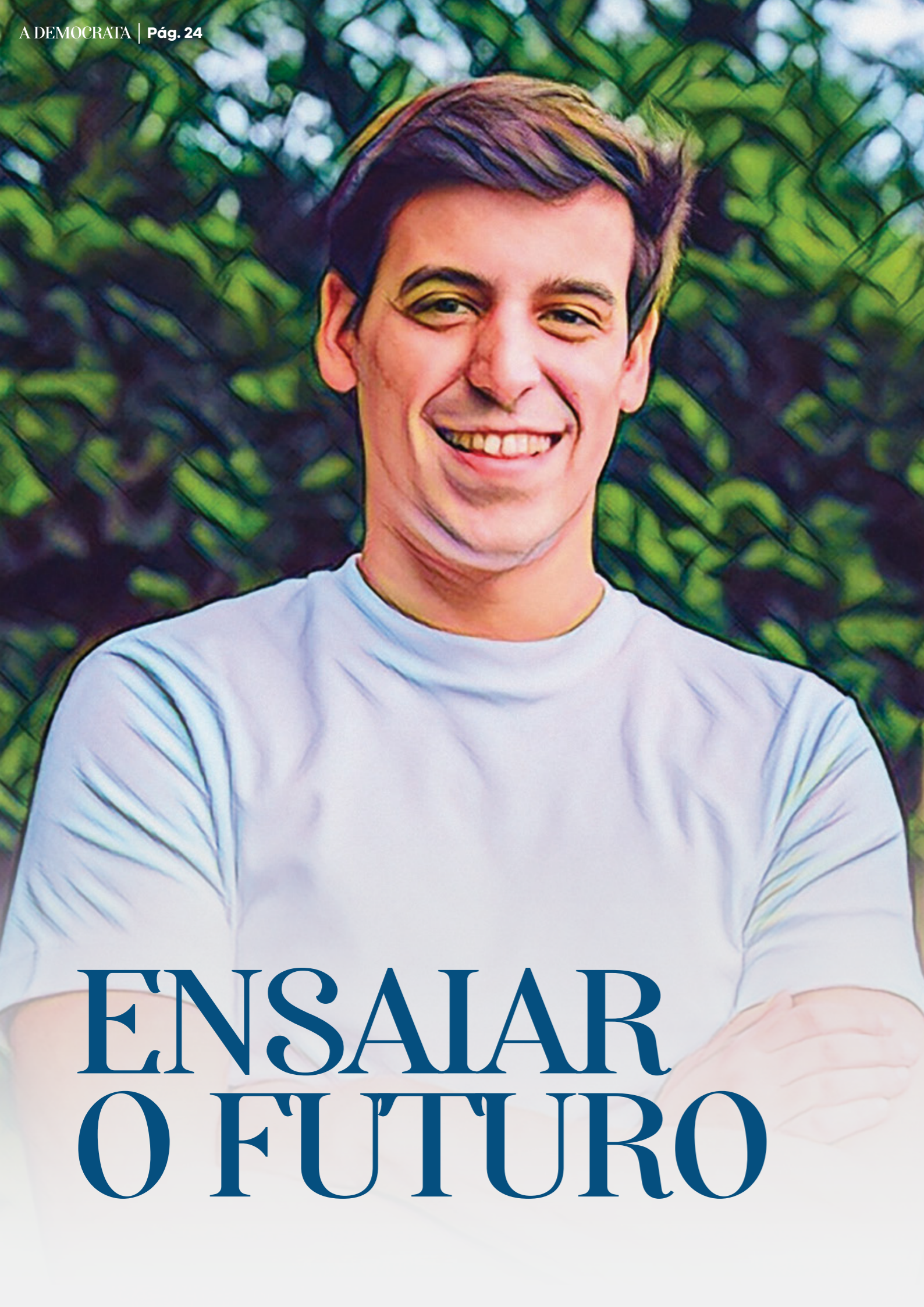
Somos a História do Futuro



Inscreve-te para o 28º Congresso Nacional da JSD

21, 22 e 23 de junho
Lisboa





ENSAIAR O FUTURO

PORTUGAL NÃO TEM FUTURO

Por Gaspar Macedo

Quantos de vocês sabiam que, ainda este mês, um investigador português esteve em Nova Iorque para lançar uma biotecnologia de marca nacional, que se propõe a revolucionar o tratamento contra o cancro e eliminar células responsáveis pelo envelhecimento? Tecnologia que, segundo o próprio, "para quem viver mais dez anos terá, seguramente, uma esperança média de vida que pode ser aumentada, no mínimo, em 20".

Quantos de vocês sabiam que uma empresa portuguesa foi capaz de construir um prédio de cinco andares e 52 apartamentos em apenas 22 dias, com uma solução 100% portuguesa? Esse edifício hoje serve como nova residência para os Serviços Sociais da PSP de Amadora.

Quantos de vocês sabiam que a Microsoft vai lançar ainda este ano, em Portugal, uma Fábrica de Inovação em Inteligência Artificial? Ou que estudos apontam que a Inteligência Artificial pode criar 400 mil novos postos de trabalho com remunerações bem acima da média? Ou que há grupos de investigadores portugueses a dar cartas no palco internacional em certos nichos ligados à IA?

Quantos de vocês sabiam que em apenas 10 anos triplamos os pedidos de patentes europeias? Ou que está em curso a instalação de 10 GW de eólicas sobre o mar português, que poderão gerar até 75% da energia consumida e 95 mil empregos diretos em grande maioria "altamente qualificados"?

Decidi começar o artigo desta forma como resposta à ideia cada vez mais vigente de que "este país não tem

futuro". Estes são apenas alguns exemplos do quão mentira isso é. O problema de Portugal não é "não ter futuro" mas sim não ter estratégia. Estou absolutamente convencido de que os problemas deste país têm por base o facto de termos constantemente o foco errado. Ao ponto de não percebermos o potencial que temos. Desde que me interesse por política que assisto a uma classe política presa neste ciclo vicioso: sempre que o país se confronta com um problema, retiram dos baús as velhas discussões simplistas e apresentam-nos, quase sempre sem falha, velhas soluções que animam as bases eleitorais dos respetivos flancos. Da Esquerda à Direita, todos nós somos responsáveis.

Quando o problema são os baixos rendimentos, uma certa Direita finge que baixar impostos generalizada é a solução milagrosa e suficiente para tudo, enquanto que uma certa Esquerda insiste na ideia de que a pobreza se combate por baixo. A real riqueza de um país está no valor acrescentado que cria e esse valor acrescentado está hoje na inovação que se desenvolve. Num mundo onde a velocidade da inovação está a transformar radicalmente as nossas vidas, é inconcebível para mim que o Estado português invista 70% menos do que a média da União Europeia em investigação e desenvolvimento. Enquanto outros países investem cada vez mais, aqui em Portugal o investimento público em investigação científica atingiu, no ano passado, mínimos desde 1994. A indústria portuguesa é

a que menos adiciona valor com alta tecnologia na União Europeia. Enquanto que em média, na União Europeia, 40% dos doutorados chegam às empresas, em Portugal, chegam apenas 6%.

A realidade é que a principal razão de recebermos tão pouco é por sermos pouco competitivos e isso acontece porque o conhecimento que formamos não está a transformar-se em criação de riqueza. É por isso cada vez mais urgente desafiar Portugal a entrar realmente na corrida pela inovação e modernização. Desafiar Portugal a libertar-se do saudosismo popular de que é normal e até motivo de orgulho sermos um país onde 99% do nosso tecido empresarial é ainda composto por Pequenas e Médias Empresas, onde apenas 0,1% das nossas empresas faturam acima dos 50 milhões de euros e empregam mais de 250 pessoas. A solução para os baixos rendimentos está em transformar Portugal num país do "feito em" para um país do "criado em". Tem sido aliás divertido ver o gozo em que alguns se lançam sempre que Carlos Moedas fala nos "Unicórnios", quando esses Unicórnios podem ser o garante de que não nos tornamos obsoletos no futuro. Custa a alguns entender que as empresas que vão transformar a economia portuguesa ainda não nasceram e para tal precisam de políticas públicas que criem um ambiente para que possam nascer e prosperar. Isso faz-se por exemplo com reduções fiscais focadas (e não generalizadas) nas empresas que investem em I&D, no investimento em infraestruturas que reduzam drasticamente tempos de viagem, na modernização dos processos de licenciamento e das entidades reguladoras, na introdução de Programação e Código no currículo escolar, na reforma dos tribunais administrativos, na aposta numa Super-Região onde se centralize a investigação e inovação servindo de grande HUB tecnológico, na reprogramação das prioridades dos Fundos Comunitários que gastamos e podia continuar. Enquanto o resto do mundo se prepara para a economia do futuro, nós não podemos simplesmente continuar a tentar governar-nos com a economia do presente.

Quando falamos do problema da saúde, os partidos lançam-se num leilão do "quem dá mais" onde ganha

quem prometer mais médicos e atirar mais dinheiro para cima do problema. Chega a ser engraçado que num setor como a saúde, onde a inovação tem um papel cada vez mais absoluto e estrutural a nível global, a necessidade de uma real aposta na inovação e modernização do nosso sistema de saúde assume um papel secundário no palco das grandes discussões nacionais. Ao ponto de que enquanto alguns fingem que os problemas da saúde em Portugal se resolvem se conseguirmos colocar todos os doentes num consultório, em frente a um médico... cada vez mais estudos apontam que 85% das consultas médicas não exigem sequer a presença física do paciente e que a telemedicina deve ser o pilar central do futuro dos cuidados de saúde e não apenas um remendo, como acontece atualmente. Enquanto que em muitos sistemas de saúde de outros países a Inteligência Artificial assume-se como a cura para Burnout dos nossos profissionais de saúde, para o caos administrativo, para a redução do erro médico e permite poupanças significativas, aqui em Portugal abriu-se uma guerra política que ainda subsiste contra o conceito básico de que a porta do Hospital não pode continuar a ser o centro dos cuidados de saúde. Estima-se que as ineficiências na gestão hospitalar custam ao nosso Orçamento da Saúde cerca de 800 milhões de euros e que se aplicassem aos hospitais públicos os níveis de desempenho dos hospitais privados, poupamos entre os 700 e os 1200 milhões de euros. Podia continuar.

Estes são apenas dois exemplos de como o poder político não tem estado alinhado com uma visão de futuro. Comecei este artigo por dar alguns exemplos de que este país é capaz de inovar. Essa inovação acontece para além do poder político e peço apenas que imaginem do que seríamos capazes se o Estado português voltasse a assumir o seu papel de transformação e não apenas de manutenção do status-quo. A uma nova geração de liderança exige-se sobretudo que não sejamos meros herdeiros das velhas intrigas e que sejamos sobretudo capazes de desafiar o país a ser bem mais do que atualmente é. Só assim Portugal terá futuro.



RETRATO DE UM PROUST ENQUANTO JOVEM



Emanuel Felgueiras
Vogal da CPN da JSD

1) Almoçar todos os dias para o resto da vida com André Ventura ou com Mariana Mortágua?

Almoçava com o que mastigasse com a boca fechada.

2) Gostaria mais de ver regressar ao PSD Isaltino Morais ou Pedro Santana Lopes?

Pedro Santana Lopes

3) Qual o mal menor: Pedro Nuno Santos ou José Sócrates?

José Sócrates

4) Qual o melhor autarca do PSD na atualidade?

António Barbosa, Monção

5) Ser presidente do seu município em 2025 ou no próximo governo PSD ser Sub-Secretário de Estado sob tutela de um Vice-Ministro que por sua vez era tutelado por um Ministro-Adjunto?

Presidente do meu município em 2025.

6) Se houvesse um referendo para mudar o nome da "Ponte 25 de Abril" e as duas únicas alternativas no boletim de voto fossem "Ponte Otelo Saraiva de Carvalho" e "Ponte António de Oliveira Salazar", em qual votaria?

Ponte António de Oliveira Salazar, a história é para ser lembrada para que não se volte a repetir.

7) Belém 2026: um ex-presidente do PSD, um ex-primeiro-ministro PSD, ou ex-presidente de um partido com o qual o PSD já esteve coligado?

Pedro Passos Coelho

8) Melhor e pior líder de sempre do PSD?

Pedro Passos Coelho, Emídio Guerreiro

9) Melhor e pior líder de sempre da JSD?

Margarida Balseiro Lopes, o pior não consigo apontar.

10) Votou no seu presidente da secção do PSD?

Sim

11) TAP, RTP ou CGD. Se o Governo o convidasse para ser presidente de uma destas empresas, aceitava?

Sim, são empresas que necessitam muito da nossa ajuda e atenção.

12) Três deputados do PSD na AR: um para almoçar para o resto da vida todos os dias, um para partilhar casa durante um ano e um para fazer um retiro espiritual durante um mês no Tibete. Justifique.

Alexandre Poço, Martim Syder e João Antunes dos Santos.

Alexandre para almoçar todos os dias porque nunca iria faltar assunto para conversar, Martim para partilhar casa porque é um amigo cordial e sério, João para um retiro espiritual porque precisará após uma legislatura a aturar socialistas.

13) Olhe para o telemóvel: Qual a primeira pessoa do PSD que aparece na sua lista telefónica?

Francisco Antunes, JSD Oeiras.

14) Olhe para o telemóvel: Qual foi a última pessoa do PSD com quem trocou uma mensagem no Whatsapp?

José Lago, Presidente Distrital do Alto Minho

15) Momento Mourinho: Qual a sua cadeira de sonho no PSD?

A de sempre. A ajudar os melhores a chegarem à sua, de forma a levar Portugal em frente.

FAZER A DIFERENÇA

JSD congratula-se com medidas anunciadas pelo Governo para a juventude

A JSD felicita o Governo e congratula-se pela aprovação de um conjunto de medidas para a juventude, concretizando várias das bandeiras e das propostas apresentadas pela JSD nos últimos anos, nomeadamente no que diz respeito à compra da 1ª casa, mais alojamento estudantil, reforma do Porta 65, um novo IRS jovem, alargamento das bolsas a todos os trabalhadores-estudantes e a criação do cheque-psicólogo. Nunca desistimos destas medidas e agora serão uma realidade.



Europeias 2024: vamos combater a abstenção

Não deixes que outros decidam por ti. Vota antecipadamente no dia 2 de junho num concelho à tua escolha. Deves inscrever-te na plataforma em votoantecipado.pt entre 26 e 30 de maio. No dia 9 de junho, podes votar em mobilidade, em qualquer mesa de voto constituída em Portugal ou no estrangeiro. Vota!

28º Congresso Nacional da JSD – O Congresso dos 50 anos no Campo Pequeno

Não percas a oportunidade de te inscreveres no 28º Congresso Nacional da JSD. Nos dias 21, 22 e 23 de junho, o Campo Pequeno será o nosso palco. Junta-te a nós neste momento de partilha e conhecimento, naquele que será mais um marco da história da JSD. Inscreve-te como delegado, participante ou observador!



LOJAJ



A LOJA OFICIAL DA JSD JÁ ESTÁ ONLINE!

É verdade, todo o merchandising que estavas à procura já está disponível na nossa loja online. Mostra a tua verdadeira cor com fantásticos ítems que podes comprar para ti ou para oferecer a pessoas muito especiais.



Saco de Linho #1



Saco de Linho #2

Mais produtos e mais novidades todos os meses!



Almofada de Praia



Caderno de Notas



Meias



A Democrata



Acede à nossa loja em www.lojajsd.pt

A DEMOCRATA

FAZ JUS AO SEU NOME.

É DE ABRIL, MAS É MUITO DE NOVEMBRO.

É PÚBLICO QUE É MAIS O INDEPENDENTE.

É UMA PEDRADA NO CHARCO.

USUFRUI DO ATREVIMENTO PRÓPRIO DA JUVENTUDE.

É QUENTE OU FRIA, NUNCA MORNA.

PREFERE SER POLÉMICA A SER CHATA.

PREFERE A INICIATIVA PRIVADA À PRIVAÇÃO
DE LIBERDADE ECONÓMICA.

É ATLANTISTA E EUROPEÍSTA. MAS NÃO É ESTÚPIDA.

DESPREZA MOSCOVO, MAS RESPEITA O POVO.

É PLURAL. DENTRO DO POSSÍVEL.

É UMA REVISTA. O AVANTE É UM MISSAL.

NÃO É A IRMÃ MAIS NOVA DO POVO LIVRE.

É PAGA PELO PARTIDO, MAS NÃO É VENDIDA AO PARTIDO.

FICA, AS LIDERANÇAS DA JOTA PASSAM.

É LARANJA QUE DÓI.

TEMOS PENA.